

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica - BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO UNIJUI

**ENTRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: A DESCONSIDERAÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS NAS DITATURAS MILITARES¹
IN BETWEEN MEMORY AND FORGETFULNESS: THE DISCONTINUATION
RIGHTS HUMANS DICTATORS MILITARY**

Carin Letícia Prochnow Bagetti², Ivo Dos Santos Canabarro³

¹ PROJETO DE PESQUISA REALIZADO NO CURSO DE DIREITO DA UNIJUI

² Aluna do Curso de Graduação em Direito da UNIJUI, Bolsista PIBIC/CNPq, carinck@gmail.com

³ Professor DHE- Departamento de Humanidades e Educação, Coordenador e Orientador, UNIJUI, ivo.canabarro@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

Neste projeto de pesquisa discute-se os desdobramentos da memória e do esquecimento no período das ditaduras militares na América do Sul. As memórias sobre as ditaduras militares ainda estão todas por serem construídas, pois foi um período ainda muito recente para a história contemporânea e muitos de seus atores sociais ainda estão vivos, tanto os que participaram diretamente dos regimes quanto as vítimas que sofreram as torturas ou mesmo os familiares dos desaparecidos.

Para se construir a memória sobre esse período autoritário foi criado em alguns destes países as Comissões da Verdade, estas representam uma perspectiva de estudos sobre as pessoas que foram torturadas e mortas nas ditaduras. Uma foi implantada no Brasil, com a finalidade de se construir uma identidade de todas as vítimas do regime militar. Esta Comissão no Brasil representa uma possibilidade de propiciar a todos os atingidos pelo regime uma oportunidade de recuperação dos direitos humanos que foram desconsiderados durante todo o período autoritário.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi criada pela Lei 12.528/2011 e instalada em maio/2012. É um relatório criado para apurar e esclarecer as circunstâncias e autorias das graves violações de direito nacional. A CNV adotou preceitos internacionais e delimitou que as graves violações de Direitos Humanos praticadas entre 1946 e 1988, com o objetivo de efetivar o direito a memória, a verdade histórica e promover a reconciliação humanos, por exemplo, as prisões sem base legal, a tortura, as violências sexuais, as execuções, as ocultações de cadáveres e desaparecimentos forçados, foram cometidas por agentes do Estado, a seu serviço contra cidadãos brasileiros ou estrangeiros. Os membros da CNV colheram 1.121 depoimentos, sendo que 132 deles de agentes públicos e realizou 80 audiências e sessões públicas pelo país, percorrendo o Brasil de norte a sul.

O relatório é dividido em três volumes: o primeiro volume enumera atividades realizadas pela CNV na busca da verdade, descreve os fatos examinados, apresenta as conclusões e recomendações dos membros para que tais fatos ali descritos não voltem a se repetir; o segundo volume reúne um conjunto de textos produzidos com a origem nas atividades desenvolvidas em grupo de trabalho, integrando vítimas, familiares, pesquisadores e interessados nos temas investigados e por fim, o

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica - BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO UNIJUI

terceiro volume dedicado integralmente as vítimas. Nele, 434 mortos e desaparecidos políticos têm reveladas sua vida e as circunstâncias de sua morte. No dia 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a CNV entregou o documento à presidenta Dilma Rousseff, com mais de 4 mil páginas.

METODOLOGIA

1ª fase: Revisão bibliográfica – nessa fase serão revisadas algumas obras sejam livros, artigos e pareceres que dizem respeito a memória coletiva, aos Direitos Humanos e Comissões da Verdade. Esta fase é fundamental para o fortalecimento da fundamentação teórica que precisa ser mais consistente.

2ª fase: Pesquisa aplicada – nessa fase o trabalho vai ser centrado nos conceitos fundamentais para a pesquisa, serão pesquisados materiais os mais variados possíveis como vídeos, fotografias, filmes e demais documentos que explicitem com mais clareza o objeto.

3ª fase: Pesquisa de campo – nessa fase será desenvolvida a pesquisa em história oral com as pessoas que de alguma forma foram atingidas pela ditadura militar no Brasil. A história oral será um suporte para o entendimento dos desdobramentos das questões postas nos livros, artigos, documentários enfim toda a documentação.

4ª fase: Produção bibliográfica e documental – esta produção será realizada ao longo do desenvolvimento do projeto, pois a cada momento da pesquisa será possível escrever sobre os resultados. No final do projeto como produto iremos produzir um documentário com os depoimentos orais das vítimas da ditadura no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalhar com um tema tão controverso como a memória e esquecimento durante as ditaduras militares requer toda uma atenção para uma abordagem que consiga dar conta de toda uma complexidade que exige o objeto de estudos. Não é apenas um trabalho memorialista que recupera alguns sujeitos que ainda não pertenciam aos estudos, mas acima de tudo um estudo que recupere as identidades desses mesmos que sempre foram excluídos dos processos históricos. Excluídos em um duplo sentido do termo, pois muitos deles foram mortos e desaparecidos nesse sentido sendo excluído fisicamente, e por outro lado, excluídos dos estudos condenados ao esquecimento. Esse é um dos principais perigos da memória, pois os esquecimentos fazem parte de toda uma estratégia dos grupos dominantes que fazem questão de ocultar e mesmo esquecer esses momentos mais traumatizantes das sociedades. E esse período da ditadura militar foi por muito tempo permanecendo no esquecimento.

Os estudos sobre a memória e o esquecimento de um período tão recente significam uma contribuição fundamental para o entendimento da sociedade contemporânea, classificada como

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica - BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO UNIJUI

história do tempo presente ou história imediata ficaria muito próxima ao próprio jornalismo, pois trabalha com atores sociais que ainda estão vivos. Trabalhar com sujeitos vivos requer todo um cuidado no sentido de exposição, pois muitos deles não querem dar depoimentos por medo de sofrer algum tipo de repressão, pois a ditadura foi um período muito traumatizante, as pessoas foram torturadas isso deixou marcas que dificilmente seriam cicatrizados. E a nossa proposta é trabalhar com esses sujeitos que foram torturados e com os familiares dos desaparecidos e mortos. Os trabalhos sobre história oral será uma das ferramentas utilizadas, pois desses períodos recentes temos as memórias dos ditadores e não das vítimas, essas foram esquecidas e desconsideradas.

Um tema tão atual e controverso, pois, vai de certa forma mexer com os memorialistas que procuram trazer os feitos dos ditadores como sendo ações legítimas e necessárias as torturas e mortes, pois estes classificavam esses mortos e desaparecidos como subversivos e traidores da pátria. Mas nada pode justificar a tortura e a morte, não existem argumentos convincentes para esses atos de torturas. Os torturados e mortos estavam destinados ao esquecimento pois para os dominantes no período eram os subversivos não tinham direito a memória. Isso é um grande desafio para o Estado Brasileiro pois tudo foi feito com os aparelhos estatais, ficando dessa forma uma dívida que o Estado tem que restituir.

Os trabalhos das Comissões da Verdade significam um avanço fundamental na perspectiva de recuperação da memória e identidade das vítimas das ditaduras militares, neste sentido podemos afirmar que agora estaríamos no caminho para o reconhecimento da importância social e humana das vítimas. As vítimas tiveram seus direitos humanos desconsiderados nesse período das ditaduras militares, os ditadores agiram sem nenhuma consideração humana eram tratados como traidores da pátria ou subversivos condenados a tortura e a morte. Alguns desaparecidos foram jogados ao mar ou mesmo enterrados em cemitérios clandestinos, até hoje algumas famílias esperam os restos mortais destes desaparecidos para fazer um enterro decente. As pesquisas do tempo presente exigem todo um esforço teórico e metodológico no sentido de conseguir agrupar questões que ainda permanecem vivas no imaginário, pois métodos como a história oral pode representar um avanço significativo e esclarecedor na pesquisa. Neste sentido, a pesquisa situa-se num conjunto de trabalhos com métodos teóricos e empíricos ao mesmo tempo. É uma pesquisa que vai abordar questões muito recentes como a Comissão da Verdade e seus objetivos, visto que essa recentemente está sendo constituída, vamos percorrer uma trajetória que vai dos anos de 1960 até os dias atuais, isso significa um esforço de pesquisa para dar conta de toda a complexidade que o objeto requer. Por isso sua importância científica e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto pertence às Ciências Humanas, neste sentido, as contribuições científicas serão relevantes para a comunidade acadêmica e para o público em geral. Oferecer para a comunidade acadêmica e para o público uma série de artigos sobre as memórias das vítimas das ditaduras militares na América do Sul; Proporcionar a comunidade escolar um material crítico e reflexivo sobre os desdobramentos da ditadura militar no Brasil, pois o material disponível é muito parcial e

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica - BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO UNIJUI

incompleto; Disponibilizar um documentário sobre as memórias das vítimas da ditadura militar, como um material de apoio as discussões produzidas nos artigos e Introduzir na comunidade científica um outro viés de reflexões sobre as memórias das ditaduras militares, pois a abordagem vai privilegiar os atores sociais que foram historicamente excluídos das discussões históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Vítimas; Público; Tortura; Morte.

KEYWORDS: Victims; Public; Torture; Death.

REFERÊNCIAS:

BOSI, Ecléia. Memória e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRENER, Jayme. A segunda guerra mundial: o planeta em chama. São Paulo: Ática, 2001.

BURKE, Peter. A história como memória social. In: O mundo como teatro - estudos de antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992.

BURKE, Peter. Variedades da história cultural. (cap. 03. História como memória social). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

CANABARRO, Ivo dos Santos. História da América Meridional. Ijuí. Ed. UNIJUI, 2010 (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

CANABARRO, Ivo dos Santos. Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção. Disponível em: Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2014v35n69p215> . 2014.

CANABARRO, Ivo dos Santos. FLORES, Luís Gustavo Gomes. Direitos Humanos, Transformações Sociais e a Reconstrução da Memória sobre a Ditadura Brasileira: reflexões a partir da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://doi.org/10.18759/rdgf.v19i2.1132>. 2018.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível: [HTTP://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal:htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal:htm)

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica - BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO UNIJUI

GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera. O que é memória social. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Monton, 1976.

JANOTI, Maria de Lourdes Monaco. A primeira grande guerra: o confronto de imperialismos. São Paulo: Ed. Atual, 4ª edição, 1997.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Revista Projeto História, nº 10. PUC-SP. São Paulo, 1993.

PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão: O autoritarismo e o estado no Brasil, Chile e Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOCFGV, v.5, n. 10, 1992, PP. 200-15 (disponível para download em www.cpdoc.fgv.br)

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, PP. 3-15 (disponível para download em www.cpdoc.fgv.br)

RICOUER, Paul. Entre mémoire et histoire. In: Projet: Paris, nº248, 1996.